

## NAÇÃO, ESPÍRITO E ESTADO: O Integralismo Brasileiro ao Longo do Século XX

### NACIÓN, ESPÍRITU Y ESTADO: El Integralismo Brasileño a lo Largo del Siglo XX

Tamires de Moura Nogueira ROSA<sup>1</sup>

Milene do Carmo GOMES<sup>2</sup>

Juliana Nogueira Garcia ROQUE<sup>3</sup>

**Resumo:** A partir da promoção de valores autoritários, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi o maior movimento e partido político fascista extraeuropeu. Com uma trajetória centrada nos anos 1930, o seu fechamento durante o Estado Novo varguista não significou o fim do integralismo brasileiro, que se rearticulou por meio do Partido de Representação Popular (PRP), criado em 1945. Isto posto, tenciona-se investigar os sentidos atribuídos aos princípios que ampararam os projetos políticos integralistas nos dois contextos apresentados. Para isso, analisa-se o *Manifesto de Outubro de 1932* e o *Manifesto-Programa de 1936*, criados pela AIB, e a *Carta de Princípios e Programa do PRP*. Com isso, verifica-se que, entre continuidades e distanciamentos, o integralismo baseou sua doutrina em ideais nacionalistas, espiritualistas e corporativistas.

**Palavras-chave:** Ação Integralista Brasileira, Partido de Representação Popular, Nacionalismo, Espiritualismo, Corporativismo.

**Resumen:** Desde la promoción de valores autoritarios, la Acción Integralista Brasileña (AIB) fue el mayor movimiento y partido político fascista extraeuropeo. Con una trayectoria centrada en la década de 1930, su cierre hasta el “Estado Novo varguista” no significó el fin del integralismo brasileño, que he rearticulado a través del Partido de Representación Popular (PRP), creado en 1945. Teniendo esto en cuenta, se pretende investigar los significados atribuidos a los principios que sustentaron los proyectos políticos integralistas en los dos contextos presentados. Para ello, se analizan el *Manifiesto de Octubre de 1932* y el *Manifiesto-Programa de 1936*, creados por la AIB, y la *Carta de Principios y Programa del PRP*. Con eso, se muestra que, entre continuidades y distanciamentos, el integralismo basó su doctrina en ideales nacionalistas, espiritualistas y corporativistas.

**Palabras clave:** Acción Integralista Brasileña, Partido de Representación Popular, Nacionalismo, Espiritualismo, Corporativismo.

*Integralismo brasileiro em perspectiva: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Partido de Representação Popular (PRP)*

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC - CNPq) no projeto "O fascismo transnacional: circularidades entre Brasil, Uruguai, Peru e Argentina". E-mail: tamnrosa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3945-4184>.

<sup>2</sup>Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq) no projeto "Transformações e continuidades na política antidemocrática: análises sobre o legado integralista do Partido de Representação Popular (PRP) (1945-1965)". E-mail: milenegomes645@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7150-1806>.

<sup>3</sup>Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/ FAPEMIG) no projeto "Conexões e interações: fascismos e corporativismos na América Latina". E-mail: julianaroque00@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1105-1959>.

A trajetória do integralismo brasileiro teve seu momento de maior notoriedade política nos anos 1930, com a Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, as ideias que fundamentaram esse partido político de caráter fascista não desapareceram por completo com o fim da AIB, no processo de instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas. Desde então, as lideranças integralistas buscaram uma rearticulação de seus ideais, de modo que, em 1945, foi fundado o Partido de Representação Popular (PRP), que reordenou o integralismo no pós-guerra. Assim, para compreender esse fenômeno político ao longo do século XX, torna-se fundamental a análise de ambos os contextos.

A AIB, criada em 1932, foi o primeiro partido político de massas do Brasil e a organização fascista de maior êxito na América Latina (Pinto, 2021). O movimento expandiu-se por todo o país, promovendo um projeto de caráter autoritário, conservador, antiliberal, anticomunista e antidemocrático (Trindade, 1979). A partir desses ideais, os camisas-verdes almejavam a construção do “Estado Integral”, que visava o estabelecimento da harmonia social através de um Estado forte, a partir de pilares nacionalistas, espiritualistas e corporativistas (Tanagino, 2018).

A elaboração desse projeto deu-se por meio da atuação dos intelectuais que integraram o movimento e conceberam seus eixos teóricos. O escritor e jornalista Plínio Salgado foi o fundador e o Chefe Nacional do integralismo desde a criação do movimento até seu falecimento, em 1975 - data que marca o fim do integralismo<sup>1</sup> (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020). Ademais, Gustavo Barroso e Miguel Reale foram lideranças que, partindo de seus referenciais pessoais, influenciaram na constituição ideológica do movimento (Gonçalves; Caldeira Neto, 2019).

Salgado foi o responsável pelo *Manifesto de Outubro*, que oficializou o movimento, lançado na cidade de São Paulo em 7 de outubro de 1932. Atuando enquanto carta-programa, o documento alicerçou a orientação ética e moral que sustentava o “novo” conceito de homem proposto pelo integralismo (Tanagino, 2013). O *Manifesto* apresentava as bases da doutrina integralista, definindo as diretrizes ideológicas do movimento. Com isso, ele pode ser considerado a certidão de nascimento da AIB, trazendo em si críticas aos partidos políticos, tecendo elogios a princípios autoritários e defendendo a família conservadora (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Durante seus primeiros anos, a AIB apresentou um notório crescimento político, fato que levou à realização do Segundo Congresso Integralista, sediado na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. O evento foi responsável por realizar alterações jurídicas que transformaram o movimento em partido político, com o intuito de lançar um candidato para as eleições presidenciais em 1937. Assim, publicado pela Secretaria

Nacional de Propaganda, o *Manifesto-Programa* foi lançado no Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1936, sendo definido como a concretização da doutrina do *Manifesto de 1932* (Salgado, 1936, p. 1).

Posteriormente, o processo histórico de redemocratização no pós Estado Novo empreendeu um caminho de construção e consolidação democrática, conforme se observa na Lei Agamenon de 1945, que formalizou a condicionante para o registro de qualquer partido político de cunho nacional (Delgado, 2003). À vista disso, inspirado pelo líder do integralismo brasileiro, Plínio Salgado, e outras lideranças do movimento, foi criado, em 1945, o PRP, que significou a rearticulação do integralismo no pós-guerra e, novamente, constituiu-se enquanto organização política de âmbito nacional, como fora entre 1932 e 1937 a AIB (Calil, 2001). Embora o PRP não tenha alcançado a mesma projeção militante e eleitoral da AIB, o partido portou-se na cena pública com relevância, possuindo uma militância expressiva, além de um patrimônio eleitoral não muito elevado, mas bastante sólido (Christofolletti, 2010).

Em 26 de outubro de 1946, foi aprovada a *Carta de Princípios e Programa* do PRP, durante a Segunda Convenção Nacional do partido. Este evento marcou, além da aprovação do documento, a reformulação do Programa partidário, o retorno de Plínio Salgado do autoexílio de Portugal e sua eleição à presidência do PRP (Calil, 2001). No documento de 1946, a seção “Programa do Partido de Representação Popular” engendrava uma espécie de plataforma de governo, enquanto a tônica da seção “Carta de Princípios” apontava para uma base filosófica imutável, reforçando o vínculo entre o partido e a doutrina integralista, mesmo sem mencioná-la explicitamente (Calil, 2001).

Este contexto de rearticulação integralista até o lançamento da candidatura de Salgado à República, em 1955, foi calcado por um território de hostilidade nas representações da memória social, associando o integralismo ao nazifascismo (Victor, 2012). Assim, o abandono sutil da simbologia, da ritualística e da proposta corporativa foram estratégias de amenização da práxis radicalizada e fascizante dos anos 1930. Porém, a partir de 1955 até a promulgação do Ato Institucional nº2, em 1965, que extinguiu todos os partidos políticos, o PRP buscou o retorno de aparatos simbólicos e ritualísticos, demonstrando o escopo de aparente desfascistização do movimento, marcado pelo resgate do fascismo clássico (Caldeira Neto, 2022).

A atuação política integralista no pós-guerra foi, portanto, esboçada por um labirinto de memórias (Victor, 2012), tensionado pela memória social que vetava o movimento e pela memória da própria militância que afirmava a cultura política autoritária do integralismo. Desse modo, ancora-se à perspectiva fundamentada por

Berstein (2003) de que os partidos políticos podem ser notabilizados pela difusão ideológica, formação das elites políticas e estruturação social. No caso do PRP, sua formação político-doutrinária projeta a constituição de um sistema de crenças compartilhado por militantes, membros e eleitores do partido.

Diante disso, a partir dos documentos oficiais da AIB e do PRP, objetiva-se compreender, linguística e ideologicamente, os princípios que embasaram os projetos integralistas em dois contextos: nos anos 1930 e após a Segunda Guerra Mundial. Com base nisso, tenciona-se identificar os elementos de ruptura e de continuidade presentes em cada programa político. Desse modo, a investigação se volta para a análise dos sentidos atribuídos a três categorias, que foram centrais no desenvolvimento da doutrina integralista: o nacionalismo, o espiritualismo e o corporativismo.

### *Integralismo e nacionalismo: o renascimento nacional frente à “decadência” moderna*

O século XX foi marcado por intensos debates acerca da nacionalidade, que visavam, em distintos contextos, o renascimento nacional. A conjuntura de fundação e atuação da AIB esteve inserida em uma intensa efervescência intelectual, em que diversos projetos de Estado encontravam-se em disputa, buscando projeções voltadas para a reestruturação da ordem por meio do estabelecimento de uma identidade nacional (Pacheco, 2021, p. 97). À vista disso, o conceito de “nacionalismo”<sup>2</sup> torna-se estruturante para a compreensão do projeto salvacionista que se daria a partir da institucionalização do “Estado Integral” proposto.

Os movimentos fascistas caracterizavam-se pela contestação da ordem social e política vigente, rejeitando os elementos “degenerados” da época moderna, em face da proposição de modernidades alternativas por meio de projetos compensatórios (Griffin, 2007, p. 72). Nesse sentido, ao oficializar o movimento, *o Manifesto de Outubro* trazia, em sua introdução, a tarefa de depurar a civilização de uma modernidade fracassada, promovendo a sensação crescente de um novo começo que transcenderia a decadência moral: “A crise nacional agrava-se gradualmente, surgem focos de agitação e desagregação; [...] a permissividade corrói a sociedade, a lama internacional espalha-se pelo Brasil num neocolonialismo sutil e desmoralizante” (Salgado, 1932, p. 3).

A AIB tinha como propósito restabelecer a ordem, a partir de ideias nacionalistas, tornando o Brasil uma nação “organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz” (Salgado, 1932, p. 2). Com isso, o nacionalismo é apresentado na IV seção do *Manifesto de Outubro*, colocando-se enquanto a única solução para o combate às

influências estrangeiras que impregnaram os lares brasileiros. Nesse sentido, temas indissociáveis ao cosmopolitismo e à ausência de consciência nacional, alicerçados em uma aversão ao estrangeirismo e ao liberalismo, foram basilares no nacionalismo realista propagado pelo integralismo.

Inicialmente, o nacionalismo da AIB esteve pautado em dimensões como a exaltação do homem, da terra, da nova raça e assim por diante (Trindade, 1979). Desse modo, sua “certidão de nascimento” dedicou-se ao combate de noções deterministas acerca do povo brasileiro, afirmando que, devido ao estrangeirismo, o caboclo e o negro eram vistos enquanto motivo de vergonha, assim como as raças das quais proviemos eram menosprezadas (Salgado, 1932, p. 3). Deste modo, o movimento nacionalista atuaria reafirmando os valores do Brasil para unir o povo em um só espírito, buscando referenciais no passado que propusessem a exaltação e o retorno às origens brasileiras.

O nacionalismo continuou a ser norteador dos lineamentos gerais no plano de governo, lançado no *Manifesto-Programa*. Ao longo da década de 1930, o aspecto econômico foi incorporado ao conceito. Além disso, uma terceira faceta foi introduzida, compreendendo a dimensão do imperialismo, que tencionava difundir a doutrina integralista pela América Latina (Trindade, 1979). Na IV seção, “Relações exteriores - Política internacional”, é apontado que o integralismo não desejava somente a libertação do Brasil, mas de todos os países deste hemisfério (Salgado, 1936, p. 6). Esta noção compreendia, também, fatores relativos à economia, como a extinção das tarifas alfandegárias entre as nações sul-americanas.

Já no contexto de formação do PRP, o partido aprovou, no ano de 1946, a *Carta de Princípios e Programa*. O documento, diferente do *Manifesto de Outubro*, foi marcado pelo detalhamento de diversas questões, com propostas pontuais acerca de temas diversos (Calil, 2001, p. 156)<sup>3</sup>. Entretanto, no que se refere ao nacionalismo, ele apresenta aproximações com os delineamentos estabelecidos em 1932. Assim como no *Manifesto*, a declaração de que o nacionalismo transcende o culto à bandeira e ao Hino Nacional, sendo uma convicção que resulta da consciência de nossas realidades e do conhecimento de nossa história, faz-se presente. O apelo pela autenticidade do Brasil permeia a tônica do nacionalismo, na defesa de uma nação que seja capaz de pronunciar “a *sua* palavra, inédita, pessoal e fecunda” (Salgado, 1955, p. 16).

Nesse sentido, o combate ao estrangeirismo foi um pilar central na edificação da identidade nacional proposta pelo integralismo, transcendendo todas as suas fases. Tal como em 1932, a preocupação com as influências estrangeiras norteia o *Manifesto de 1936*, onde é evidenciada a pretensão da AIB em “Estabelecer um serviço rigoroso de

estudo e verificação da influência estrangeira e da imigração” (Salgado, 1936, p. 7). Assim, a influência de povos estrangeiros foi compreendida enquanto um sinal de aniquilamento do nacionalismo, de forma que a subserviência a ideologias ou partidos estrangeiros seria um perigo de morte para a Pátria (Salgado, 1955, p. 16).

Ainda nesse contexto, o chamamento pela unidade nacional de todos os brasileiros remete, lingüística e ideologicamente, ao texto de oficialização da AIB, em que é enunciado: “Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo no caráter e nos costumes brasileiros” (Salgado, 1932, p. 4). De forma muito semelhante, na *Carta de Princípios* é indicado: “Levantamo-nos em um grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo, nos hábitos e costumes brasileiros” (Salgado, 1955, p. 16).

### *Integralismo e espiritualismo: uma práxis política*

De acordo com Berstein (2009), substratos filosóficos semelhantes subsidiam o coerente sistema de visão de mundo partilhado por culturas políticas. No caso do integralismo brasileiro, os preceitos espiritualistas possuíam centralidade, já que a filosofia integralista estabelecia uma visão oposicionista e orgânica entre espiritualismo e materialismo, preconizando a crença na existência de Deus, da alma imortal e de uma realidade supra-terrena (Merg, 2007; Tanagino, 2018).

O espiritualismo excedia o plano das ideias, assumindo uma postura combativa na ordem social e política, ou seja, para o triunfo do espírito, era indispensável a conscientização e participação, intervindo e modificando as leis materiais (Araújo, 1988). A chamada “revolução interior” atribui, portanto, um movimento de ideias que permitiria a mobilização militante em função do espiritualismo, gestora de um “Estado Integral”.

Desse modo, nos anos 1930, muito além do lema “Deus, Pátria e Família”, o *Manifesto de Outubro de 1932* tratava de enunciar no seu locus político as ideias primordiais na fundamentação do chamado “Estado Integral”. Esse modelo de Estado acionava os valores próprios do espírito, uma vez que o projeto político buscava realizar “[...] a ideia suprema, a síntese de nossa civilização na filosofia, na literatura, nas artes que exprimirão o sentido do nosso espírito nacional e humano” (Salgado, 1932, p. 11-12). Segundo Tanagino (2018), a filosofia integralista apropriou-se do conceito de “síntese” para contrastar o dualismo entre o espírito e a matéria, ordenando o sentido de síntese integral à uma era cultural, étnica e temporalmente nova.

No *Manifesto-Programa de 1936*, a concepção do Estado ancorada ao espírito é retomada: “[...] só um fundamento espiritual indestrutível dá ao Estado a consciência, e [...] somente orientado por essa consciência o Estado adquire capacidade revolucionária no sentido de interferir no ritmo social e nas atividades econômicas [...]” (Salgado, 1936, p. 1). O sentido espiritual seria o apêndice da revolução integralista, que buscava, em suma, a instituição de um modelo corporativista, autoritário e radical, baseado na doutrina nacional-corporativa e na ordem da cooperação espiritual cristã (Gonçalves; Caldeira Neto, 2019).

A formalização integralista do pós-guerra orientou um sentido político espiritualista ainda mais acentuado. A presença central de Plínio Salgado na constituição da ordem intelectual integralista permeou a ênfase político-cristã na sua atuação e consequentemente no PRP. Segundo Gonçalves (2018), o período do autoexílio de Plínio Salgado em Portugal (1939-1946) possibilitou contatos com a intelectualidade portuguesa conservadora, que auxiliaram no desenvolvimento do discurso integralista teologizante, necessário a sobrevivência na sociedade luso-brasileira<sup>4</sup>. Desse modo, houve o fortalecimento de laços entre catolicismo e conservadorismo, gestando o constructo teórico de “democracia-cristã” a partir das influências do regime de Salazar.

No documento perrepista de 1946, a seção “Programa do Partido de Representação Popular” pautava-se na “[...] subordinação de toda a Política ao conceito espiritualista da vida” (Salgado, 1955, p. 32). O horizonte espiritualista orientava as concepções político-sociais do integralismo, estabelecendo um vínculo entre política e religião com a finalidade de justificar a oposição ao caráter laico do Estado, fundamentando uma proposta de “contrarreforma moral e intelectual” (Calil, 2005). Semelhante prescreve a seção “Carta de Princípios”, a qual se porta como uma enunciação de “sincera mensagem de fé” (Salgado, 1955, p. 1), proclamando que “[...] Em Deus propomos o princípio e o fim de nossa doutrina política. Em Deus pomos o supremo destino de nossas aspirações” (Salgado, 1955, p. 31).

A ação política do PRP era substanciada pela dimensão espiritualista, ficando evidente na *Carta de Princípios* ao afirmar-se “não somente espiritualistas, mas cristãos, porque nos ensinamentos do Evangelho encontramos a chave da felicidade humana, dos governos justos e da paz entre os homens e as Nações” (Salgado, 1955, p. 31). Assim, princípios como autoridade, democracia, ordem e justiça social eram transpassados pela cosmovisão religiosa. A organização político-social preconizada pelo partido possuía, então, os vislumbres da práxis política espiritualista, buscando no Estado anti-

individualista e anti-totalitário, a predominância do “[...] moral sobre o social e o espiritual sobre o moral” (Salgado, 1955, p. 14).

Tratando da soberania de Deus na política, o caráter espiritualista é objeto de recorrência, contrapondo-se ao materialismo, pois “[...] opondo nossa clara doutrina a todas as formas do materialismo, ficamos com o Cristo. E confiados nesta Fé, que nos abraça, proclamamos, mais uma vez: ‘Deus dirige o destino dos povos’” (Salgado, 1955, p. 31). Assim, o espiritualismo atuava como fundamento doutrinário de identificação e suporte teórico na intervenção integralista do pós-guerra (Merg, 2007), influenciando a concepção cristã e orgânica da democracia, o nacionalismo e o anticomunismo.

A colocação que finaliza a *Carta de Princípios*, na qual se evoca a afirmativa de que “Deus dirige o destino dos povos” (Salgado, 1955, p. 31), é uma reprodução da frase que abre o *Manifesto de Outubro de 1932*, que marcou a gênese da AIB. Além de evidenciar o espiritualismo como base filosófica permanente e atemporal, demonstra que, apesar dos distanciamentos contextuais e linguísticos entre AIB e PRP, a concepção integralista é transcendente às organizações políticas, solidificando a força da tradição do integralismo na política brasileira, ao fundamentar leituras comuns do passado e inspiração para projetos políticos do futuro.

### *Integralismo e corporativismo: os projetos para o almejado “Estado Integral”*

Além dos componentes ideológicos indicados, o integralismo, ao inserir-se em um contexto de circulação de ideias autoritárias, adotou os princípios corporativistas. Propondo um modelo de representação social e política alternativo à democracia liberal e ao comunismo, o corporativismo moderno foi utilizado por diversas organizações da direita conservadora e radical da primeira metade do século XX (Pinto, 2014). Embora não seja exclusivamente fascista, houve uma forte associação entre os fenômenos, devido à incorporação de tais ideias por esse setor da extrema direita (Garrido, 2016).

Na AIB, os princípios de um novo modelo de representação social e política se evidenciaram no primeiro documento oficial do movimento, ainda que esse conjunto de ideias não fosse definido pela expressão “corporativismo” (Tanagino, 2018). Isto é, o *Manifesto de Outubro*, ao apresentar a nação brasileira, defendeu a organização da nação através de classes profissionais, transformando a organização federalista em uma “união íntima e perfeita de seus filhos” (Salgado, 1932, p. 2). Nesse sentido, afirma-se:

Queremos criar um direito público nosso, de acordo com as nossas realidades e aspirações, um governo que garanta a unidade de todas as



Províncias, a harmonia de todas as classes, as iniciativas de todos os indivíduos, a supervisão do Estado [...] (Salgado, 1932, p. 5).

A partir desse documento, a doutrina integralista articulou distintos elementos ideológicos que ambicionavam alterar a sociedade brasileira, cujos rumos se voltariam para uma integração nacional através da cooperação harmônica entre os grupos “naturais”, notadamente organizados “com base nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família” (Salgado, 1932, p. 11). Com isso, as dimensões nacionalista e corporativista do integralismo se entrelaçam a partir de uma perspectiva “orgânica”, em que a projeção de um Estado corporativo constituiria o horizonte visado para a nação.

Essa estrutura nacional-corporativa foi oficialmente incorporada pelo *Manifesto-Programa da AIB*, em que a defesa do corporativismo tornou-se explícita:

IV - O Integralismo não é antidemocrático. Ao contrário, quando condena os partidos é porque visa substituí-los pelas corporações, [...] O Estado Integral será um Estado Forte, não para comprimir as liberdades legítimas e naturais, porém, para garanti-las contra o abuso dos poderosos [...] (Salgado, 1936, p. 1-2).

A fim de aprofundar as disposições anteriores, o *Manifesto-Programa* advogou em prol de uma organização corporativa do Estado. Ademais, considerando o contexto eleitoral visado pela AIB no momento de publicação desse documento, sublinha-se que a promoção do “Estado Integral” foi relacionada a um “Estado Forte”, embora discursivamente dissociado de ideias ditatoriais e antidemocráticas. Essa estratégia visava, pois, legitimar o programa integralista, que almejava recompor as estruturas sociais, econômicas e políticas da nação – proposta que convergia diretamente aos fundamentos da doutrina apresentada pelo *Manifesto de Outubro de 1932*.

Posteriormente, com a emergência do PRP no pós-guerra, Calil (2005) indica que o momento de constituição do partido ocorreu em um novo cenário político, o que levou à depuração de aspectos que se tornavam incômodos. Assim, o corporativismo foi um dos principais componentes ideológicos dos quais o integralismo buscou se distanciar (Calil, 2005). Isso se evidenciou pela *Carta de Princípios e Programa do PRP*, que deixou de abordar o projeto corporativista apresentado dez anos antes, preconizando a “defesa de Cristo e da Pátria” (Salgado, 1955, p. 3).

Apesar da ênfase em pequenas reformas na organização estatal, que seria o espaço de ação encontrado pelo PRP nesse contexto, o documento oficial do partido indicava que a afirmação de seus princípios seria imutável e permanente. A partir disso, identifica-se que parte das concepções apresentadas são ideias retomadas da doutrina integralista, como a dimensão organicista, presente na *Carta de Princípios e Programa*:

O papel do Estado é o zelador e distribuidor do bem comum.  
Mas, é evidente que o bem comum só existirá, se os homens, como partes da sociedade, concorrem para a realização dele.  
[...] Cada órgão tem seu lugar no conjunto, sua função social, seu dever de servir ao corpo a que pertence (Salgado, 1955, p. 5).

Evidencia-se, portanto, a concepção de Estado promovida pelo PRP e seu entendimento através da função social desempenhada por cada organismo em prol do todo social. Aliado a isso, a *Carta de Princípios e Programa* indica a centralidade da “família”, do “grupo profissional” e do “município” (Salgado, 1955, p. 11-12), que, notadamente, aproximam-se das proposições do *Manifesto de Outubro de 1932*.

Além disso, na *Carta de Princípios e Programa do PRP*, também efetivaram-se a contraposição ao liberalismo e ao comunismo, bem como a busca de uma sociedade embasada na “a união moral e necessária de seres humanos, vivendo harmoniosamente” (Salgado, 1955, p. 13). Embora a expressão “corporativismo” tenha sido abandonada nessa fase, alguns de seus princípios seguiram presentes. Em 1957, porém, os ideais corporativistas foram retomados de modo explícito, o que marca um período de reaproximação à doutrina integralista fascistizada, evidenciando o “labirinto de memórias” atravessado pelo integralismo no pós-guerra (Victor, 2012).

### *Considerações finais*

A política autoritária não foi uma práxis exótica ao sistema democrático, de modo que o mapeamento histórico das representações e práticas do integralismo demonstram a proeminência do fenômeno ao longo do século XX. A AIB, enquanto organização fascista de maior êxito na América Latina (Pinto, 2021), aludiu à inspiração político-doutrinária para os rumos partidários do PRP, já no pós-guerra. Nesse cenário, elementos como nacionalismo, espiritualismo e corporativismo tornaram-se substanciais para a ação mobilizante do integralismo brasileiro nos dois momentos históricos, ainda que existam distanciamentos contextuais e linguísticos. Diante disso, o integralismo estabeleceu-se enquanto movimento político que atravessou a realidade social e cultural, enquadrando-se em meio a referenciais autoritários e fascizantes na política brasileira.

### **Referências**

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução*. O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. IN: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo (Orgs.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil, do local ao global? *Esboços*, Florianópolis, v.29, n.52, p. 599-616, set./dez, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/87065> . Acesso em: 20 dez. 2023.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo pós-guerra: a formação do PRP (1945-1965)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro - a trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965): cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. 2010. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154.

GARRIDO, António. O corporativismo na História e nas Ciências Sociais: uma reflexão crítica partindo do caso português. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 2, 2016, p. 387-408. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/22506> . Acesso em: 20 dez. 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O corporativismo e a tríade integralista. In: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio. *Corporativismos ibéricos e latino-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 209-238.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GRIFFIN, Roger. *Modernismo y Fascismo: La sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler*. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2007.

MERG, Camila Ventura. “Saberei sustentar a cruz de Cristo e a bandeira da Pátria”: o espiritualismo integralista na doutrina do Partido de Representação Popular (1945-

1950). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PACHECO, Gabriela Santi Ramos. *Panorama e o projeto integralista: uma análise da revista intelectual*. 2021. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo. *Varia História*, v. 30, n. 52, 2014, pp. 17- 49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/Y4pgLWDLShPDJ9QmKrzMb9y/?lang=pt> . Acesso em: 20 dez. 2023.

PINTO, António Costa. *A América Latina na Era do Fascismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932.

SALGADO, Plínio. *Manifesto Programa*. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1936.

SALGADO, Plínio. *Carta de princípios e programa do Partido de Representação Popular*. Porto Alegre: Edição do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, 1955.

SMITH, Anthony. *La identidad nacional*. Madrid: Trama Editorial, 1997.

SCHMIDT, Patricia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *O homem integral e seus novos pactos de sociabilidade segundo os Protocolos e Rituais da AIB (1937)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)*. 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Ed. 2. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto integralista: o PRP e o conflito de memórias (1938-1962)*. 2012. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade

---

<sup>1</sup> Posteriormente ao falecimento de Salgado, irromperam grupos neointegralistas, que se estabelecem na contemporaneidade brasileira e retomam o legado integralista (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

<sup>2</sup> Smith (1997) define o nacionalismo enquanto ideologia e linguagem, sendo pautado por nuances culturais e sociais que ultrapassam a doutrina política.

<sup>3</sup> De acordo com Calil (2001), a *Carta de Princípios e Programa* tinha um tom radical que contrastava com qualquer documento político do integralismo. *O Manifesto de Outubro* tratava apenas de questões gerais, como a defesa da questão social, do autoritarismo, do nacionalismo e do corporativismo, além da oposição partidária e da defesa do Estado Integral. Já o documento referente ao PRP, trouxe em si uma preocupação

com as questões cotidianas, contendo uma “base filosófica imutável” e sendo fundamentada nas instituições naturais, sendo elas: família, grupo profissional e município.

<sup>4</sup> Em Portugal, Plínio Salgado foi conhecido como “quinto-evangelista”, realizando inúmeras conferências e publicações, principalmente a obra *Vida de Jesus*, lançada em 1942, que ampliou a sua notoriedade. As relações estabelecidas em solo luso coadunaram para a cristalização de uma “nova” doutrinação, selada na ordem cristã, mascarando as intenções fascizantes de Salgado (Gonçalves, 2018).

Artigo recebido em 04/01/2024

Aceito para publicação em 18/03/2024